



Avaliação da utilização de anticoncepcionais orais e emergenciais entre mulheres de Santa Cruz do Capibaribe-PE

Isamara da Costa Silva*; Artur Pedro da Silva**; Caio José Florêncio dos Santos ***;Gianna Emanuella Sales Tavares Rocha****; Marina Suênia de Araújo Vilar Soares*****; Daniela de Araújo Vilar*****

*Graduanda em Farmácia, Centro Universitário Facisa (Unifacisa).

**Graduando em Farmácia, Centro Universitário Facisa (Unifacisa).

***Pós-graduando em Terapia Intensiva, Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

****Graduanda em Medicina, Centro Universitário Facisa (Unifacisa).

*****Doutora, Centro Universitário Facisa (Unifacisa).

*Autor para correspondência e-mail: isamara.silva@maisunifacisa.com.br

PALAVRAS-CHAVE

Contraceção
Métodos contraceptivos
Saúde da mulher

KEYWORDS

Contraception
Contraceptive Methods
Women's Health

Resumo: No Brasil, constata-se que as mulheres têm começado a vida sexual cedo, e assim, iniciam a contracepção também precocemente. Atualmente, a pílula (anticoncepcional oral combinado) é um dos principais métodos contraceptivos mais utilizados. Todavia, o mau uso de métodos hormonais orais, a longo prazo, pode acarretar riscos graves à saúde da mulher. Ademais, podem surgir efeitos colaterais, como aumento de peso, depressão, diminuição de libido, dor de cabeça, exaustão e acne. Mensurar o conhecimento sobre o uso e os riscos da utilização de contraceptivos orais e de emergência entre mulheres da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE. A pesquisa foi realizada de forma on-line, pela plataforma Google Forms, no período de agosto a setembro de 2023. Durante a pesquisa observou-se que 63% das entrevistadas têm como preferência o anticoncepcional oral, dentre a faixa etária de 18 a 25 anos (70,6%). A principal intenção de uso é a prevenção de concepção (88,8%). As usuárias que são menos adeptas foram as que possuíam ensino superior completo (8,6%), frente às que concluíram a educação fundamental (63,8%). O enjoo (21,6%) e cefaleia (19,6%) foram as reações adversas mais prevalentes e descritas pelas entrevistadas. Através do estudo foi possível analisar a forma que esses métodos estão sendo utilizados, trazendo assim informações importantes para todos os profissionais e a população, tais como: anticoncepcionais mais utilizados, perfil sociodemográfico das usuárias, como também, possíveis reações adversas.

Evaluation of the use of oral and emergency contraceptives among women in Santa Cruz do Capibaribe-PE

Abstract: In Brazil, it is clear that women have started their sexual life early, and therefore, they also start contraception early. Currently, the pill (combined oral contraceptive) is one of the main contraceptive methods most used. However, the misuse of oral hormonal methods, in the long term, can pose serious risks to women's health. Furthermore, side effects may arise, such as weight gain, depression, decreased libido, headache, exhaustion and acne. Measure knowledge about the use and risks of using oral and emergency contraceptives among women in the city of Santa Cruz do Capibaribe-PE. The research was carried out online, via the Google Forms platform, from August to September 2023. During the research it was observed that 63% of respondents preferred oral contraceptives, among the age group of 18 to 25 years (70.6%). The main intention of use is to prevent conception (88.8%). The users who are least adept were those who had completed higher education (8.6%), compared to those who completed primary education (63.8%). Nausea (21.6%) and headache (19.6%) were the most prevalent adverse reactions described by the interviewees. Through the study it was possible to analyze the way in which these methods are being used, thus providing important information for all professionals and the population, such as: most used contraceptives, sociodemographic profile of users, as well as possible adverse reactions.

Recebido em: 10/11/2023

Aprovação final em: 01/01/2024



Introdução

Os direitos sexuais e reprodutivos, assim como a saúde da mulher, são temas que apresentam conquistas ao longo da história. Durante a década de 60, ocorreu a criação dos anticoncepcionais que é um avanço para a saúde e autonomia da mulher (ALVES, 2018; DOS SANTOS, 2018).

No Brasil, constata-se que as mulheres têm começado a vida sexual cedo, e assim, iniciam a contracepção também precocemente. Atualmente, os Anticoncepcionais Orais Combinados (AOC), que atuam inibindo a ovulação e a camisinha masculina são os principais métodos contraceptivos utilizados. Isso explica uma mudança no padrão de anticoncepção, pois, há uma década, predominavam os anticoncepcionais orais combinados e a esterilização (CARCERERI *et al.*, 2016; GUEDES *et al.*, 2022).

Na atualidade, existe um leque de métodos contraceptivos que são utilizados pelas brasileiras. Os métodos não hormonais como preservativos masculinos e femininos, que impedem a concepção e evitam as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sendo indicado para mulheres que não podem utilizar hormônios, bem como, o método conhecido por tabela. Há também, o método intrauterino, que pode utilizar cobre ou hormônio. Além disso, temos os métodos cirúrgicos ou esterilização (ligadura das tubas e vasectomia). E por fim, os anticoncepcionais hormonais, sejam injetáveis, orais ou de emergência, com a finalidade básica de evitar a concepção (ALBUQUERQUE, 2018).

Os AOC, que contêm progesterona e estrogênio, são conhecidos como um importante método de contracepção para evitar uma gravidez indesejada. Para isso, os mesmos inibem a ovulação, atuam na suspensão de fatores hipotalâmicos que acarreta na liberação dos hormônios folículo estimulante e hormônio luteinizante (GUEDES *et al.*, 2022).

O etinilestradiol (estrogênio), um dos hormônios que compõe os AOC, altera significativamente o sistema de coagulação, conseqüentemente ocorre aumento de trombina, fatores de coagulação e redução dos inibidores naturais da coagulação, atua também na parede vascular. Ademais, as dosagens hormonais desses medicamentos são reduzidas para diminuir os efeitos colaterais associados às pílulas e diminuir os riscos cardiovasculares (MENDONÇA, 2017).

Em relação à Contracepção de Emergência (CE) pode ser determinada como um meio não arriscado de prevenir uma gravidez indesejada até 120 horas após a relação sexual, atualmente as opções são seguras e toleradas. No Brasil, as formas liberadas são o método Yuzpe, o qual contém hormônios combinados (etinilestradiol e levonorgestrel) e com apenas levonorgestrel (GUAZZELLI; SAKAMOTO, 2018).

Além disso, o método natural, conhecido por Tabela, é um considerado um método contraceptivo de abstinência periódica, ou seja, a mulher não deve ter relações sexuais durante o período fértil. O período fértil pode-se contar a partir do 10º dia do ciclo menstrual e estendendo-se até o 21º dia, porém, é válido ressaltar que a duração do ciclo menstrual varia de pessoa para pessoa. Sendo assim, é uma forma de prevenir gestações indesejadas de forma natural e sem uso de hormônios, o que pode ser benéfico para a saúde feminina. Por outro lado, há grandes probabilidades de engravidar, quando o ciclo apresenta irregularidade e período de ovulação variável. Desta forma, é aconselhável que a Tabela seja associada a outros métodos, tendo em vista, uma maior eficácia contraceptiva (BRASIL, 2002).

De acordo com a Coordenação de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho (2021), além da contracepção, o uso de anticoncepcionais hormonais pode auxiliar na diminuição do fluxo menstrual, redução no risco de cistos ovarianos, dismenorrea e da endometriose e melhora dos sintomas pré-menstruais (AMÂNCIO *et al.*, 2021).

Todavia, o mau uso de métodos hormonais orais a longo prazo, podem acarretar riscos graves à saúde da mulher, tais como, aumento reversível da pressão arterial, aumento de risco de tromboembolismo venoso e risco de desenvolvimento de diabetes mellitus tipo 2. Ademais, podem surgir efeitos colaterais, como aumento de peso, depressão, diminuição de libido, dor de cabeça, exaustão, acne, vômitos, queda de cabelo e tonturas (COUTO *et al.*, 2020; DOS SANTOS; CAIRES, 2022).



Paralelo a isso, a automedicação envolvendo os anticoncepcionais tem se mostrado muito comum, sendo considerado um problema de saúde pública, o uso exacerbado de medicamentos ocasiona efeitos nocivos relacionados às interações farmacológicas. Assim, com o uso em ascensão de contraceptivos orais, é necessário informar-se sobre os riscos e benefícios de sua utilização, a forma correta de tomá-los e o método mais apropriado para cada mulher (XAVIER *et al.*, 2021; BARBOSA; CHAVES, 2021).

Portanto, o uso predominante de anticoncepcional hormonal oral pelas mulheres, em detrimento de outros métodos contraceptivos, demonstra a relevância da discussão do tema para a sociedade atual. Diante do exposto, o farmacêutico, tem o papel de orientar corretamente dos riscos e benefícios, a forma correta de tomá-los, o método mais apropriado para cada mulher visando a prevenção de quadros decorrentes do uso inadequados desses medicamentos (OLIVEIRA; TREVISAN, 2021).

Desse modo, esse estudo propôs analisar a utilização de contraceptivos orais e de emergência entre mulheres da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Material e Métodos

O estudo foi realizado no município de Santa Cruz do Capibaribe, que está localizado no estado de Pernambuco, situado no Agreste e considerada a terceira maior cidade pernambucana. Segundo o IBGE, possui mais de 100.000 habitantes, sendo a maioria do sexo feminino. A pesquisa foi realizada com a população feminina em idade reprodutiva da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE, no período de agosto a setembro de 2023.

A amostra foi composta por 102 mulheres em idade reprodutiva que aceitaram responder o questionário disponibilizado a partir da carta convite, seguido do link construído através da ferramenta de gerenciamento de pesquisa do Google, Google Forms.

A pesquisa foi desenvolvida de forma online, através de um formulário com 16 questões objetivas para a coleta de informações sociodemográficas (idade, escolaridade e cidade onde reside), além de perguntas relacionadas a utilização de contraceptivos orais para análise de características quantitativas.

Após o período de coleta de dados, os dados foram obtidos pela plataforma do questionário (Google Forms), em seguida, as informações obtidas passaram a ser organizadas no programa Microsoft Office Excel.

Este estudo foi conduzido conforme prevê os termos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa- CEP da Unifacisa sob a CAAE de nº 69717123.3.0000.5175.

Resultados e Discussão

Durante o período do estudo, 102 mulheres residentes de Santa Cruz do Capibaribe-PE responderam o formulário de forma voluntária. Quando questionadas a respeito do uso de métodos contraceptivos 85,3% (n=87) das mulheres responderam que fazem uso de algum método de contracepção e, com relação ao tipo de método utilizado, observou-se que 63% (n=58) das entrevistadas utilizam o ACO como método contraceptivo, Tabela 1.

Ainda na Tabela 1, é possível evidenciar que a camisinha só é utilizada por 7,6% das entrevistadas, dado que é alarmante, pois este método não pode ser associado apenas à prevenção da gravidez, mas também à profilaxia de Infecções Sexualmente Transmissíveis-IST, uma vez que, o preservativo é o único método contraceptivo que também oferece proteção contra diversas doenças.

Com base nos dados obtidos, observou-se a utilização da Tabelinha como método contraceptivo. Tal método, é considerado natural que se baseia no autoconhecimento da mulher, onde ela observa as características do ciclo menstrual, com o intuito de concepção ou contracepção, por ser um método natural pode apresentar falhas devido às irregularidades do ciclo (PEREIRA, *et al.*, 2023).



Tabela 1 - Dados relacionados aos métodos contraceptivos utilizados entre as mulheres da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE, ano de 2023.

Uso de algum método contraceptivo atualmente	n	%
Sim	87	85,3
Não	15	14,7
Método contraceptivo utilizado	n	%
Anticoncepcional oral	58	63
Camisinha (masculina ou feminina)	7	7,6
DIU ¹	2	2,2
Injeção	10	10
Pílula do dia seguinte	1	1,1
Laqueadura	6	6,5
Adesivo	1	1,1
Implante	1	1,1
Tabelinha	1	1,1
Não faço uso	15	5,4

¹ Dispositivo intrauterino ; n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

Ao analisar o panorama nacional, Araújo, Abreu e Felisbino-Mendes (2023) apresentaram que a prevalência do uso de contraceptivos foi de 83,7%, dado semelhante aos encontrados em Santa Cruz do Capibaribe-PE. Ainda em seu estudo, os métodos mais utilizados pelas brasileiras eram: pílula (40,6%), preservativo masculino (20,3%), laqueadura (17,3%) e injetáveis (9,8%). Ao classificar os métodos pelo tempo de ação no organismo, foi visto uma alta prevalência de uso de SARC - contraceptivos reversíveis de curta duração (72%), quando comparado aos LARC - contraceptivos reversíveis de longa duração (4,8%) e métodos permanentes (23,2%).

Os resultados da tabela 1, evidenciam o uso de anticoncepcional oral pelas jovens, em concordância com o estudo de Olsen *et al.*, (2018), o qual aborda que nos últimos trinta anos, no Brasil, tem ocorrido a prevalência do uso de métodos contraceptivos por parte das mulheres. Na mesma ideia encontra-se o estudo de Almeida e colaboradores (2015), onde afirma que as mulheres jovens apresentam uma visão diferente quanto ao planejamento familiar e buscam cada vez mais a contracepção com o intuito de diminuir as chances de gravidez. Tendo em vista essas mudanças, as Nações Unidas definiram como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assegurar, até 2030, o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o acesso a contracepção moderna, evidenciando a relevância do monitoramento contínuo dos indicadores relacionados a essa meta (UNITED NATIONS, 2023).

Ao analisar o perfil das mulheres que fazem uso de AOC, observou-se a predominância da faixa etária dos 18 aos 25 anos 84,4% (n=49) e que 63,8% (n=37) têm o ensino superior incompleto. A Tabela 2, representa o perfil geral dessas participantes.

Embora o nível de escolaridade impacte positivamente sobre o uso de contraceptivos, não são fatores determinantes para sua utilização, visto que, o Sistema Único de Saúde (SUS), fornece em seu programa de saúde algumas formas de contracepção, entre elas o AOC. Sendo possível que mulheres de menor escolaridade tenham acesso ao método, bem como, a informações (OLIVEIRA *et al.*, 2023).

Em relação ao tipo de contraceptivo utilizado, pelas participantes do estudo, destaca-se o Selene 17,6% (n=18), que é constituído de 0,035mg de etinilestradiol e 2mg de acetato de ciproterona, o segundo mais citado foi o Ciclo 21 com 7,8% (n=8), que contém 0,15mg de levonorgestrel e etinilestradiol 0,03mg. Analisando a composição dos AOCs citados na pesquisa observou-se que eles têm



uma combinação de dois hormônios - a progesterona e o estrógeno, conforme Tabela 3.

Tabela 2 - Dados sociodemográficos da população feminina investigada sobre o perfil de consumo de contraceptivos na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE, no ano de 2023.

Idade	n	%
18 a 25 anos	72	70,6
25 a 30 anos	12	11,8
Maiores de 30 anos	18	17,6
Grau de escolaridade	n	%
Ensino fundamental completo	37	63,8
Ensino Médio Incompleto	5	8,6
Ensino Médio Completo	1	1,8
Ensino Superior Incompleto	10	17,2
Ensino Superior Completo	5	8,6

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

Tabela 3 – Anticoncepcionais orais mais utilizados entre as mulheres da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Anticoncepcional oral utilizado	n	%
Selene (etinilestradiol+acetato de ciproterona)	18	17,6
Ciclo 21 (levonorgestrel+etinilestradiol)	8	7,8
Tamisa (gestodeno+etinilestradiol)	4	3,9
Repopil (acetato de ciproterona+etinilestradiol)	4	3,9
Alestra 20 (gestodeno+etinilestradiol)	3	2,9
Primera 30/Primera 20 (desogestrel+etinilestradiol)	2	1,9
Yasmin (drospirenona+etinilestradiol)	2	1,9
Previane (gestodeno+etinilestradiol)	2	1,9
lumi (drospirenona+etinilestradiol)	2	1,9
Level (levonorgestrel+etinilestradiol)	2	1,9
Outros	11	0,9

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

Tal resultado pode ser comparado com o estudo realizado por Dos Santos *et al.* (2022), que enfatiza o uso de AOC pela maioria das mulheres. Desses anticoncepcionais, predominavam combinações dos dois hormônios, sendo eles, drospirenona e etinilestradiol (26,1%), levonorgestrel e etinilestradiol (5,8%), levonorgestrel e etinilestradiol (4,3%), e outros correspondente aos mesmos componentes. Diferente do presente estudo em que predomina em primeiro lugar etinilestradiol e acetato de ciproterona (17,6%), seguido de levonorgestrel e etinilestradiol e em terceiro gestodeno e etinilestradiol.

Ainda nessa vertente, é válido ressaltar que Souza, Borges e Mourão (2018), em seu estudo evidenciam a possibilidade de AOC que contêm drospirenona e etinilestradiol, apresentarem menos efeitos colaterais e serem mais tolerados, sendo assim, o mais recomendado por ginecologistas, bem como, distribuído de forma gratuita.

Foi questionado sobre quem as auxiliou na escolha deste método, sendo o "Médico" 48,3% (n=28) a escolha mais predominante, seguida da escolha "Por Conta Própria" 39,7% (n=23). Quando



questionadas sobre o motivo de usar AOCs, prevenir gravidez foi o motivo de maior prevalência com 88,8% (n=71), seguido de melhorar os sintomas da TPM com 16,3% (n=13). Verificou-se, também, nesse estudo, que 43,1% (n=25) das mulheres que fazem uso dos AOCs já o fazem há aproximadamente 3 anos, conforme representado na Tabela 4.

Tabela 4 - Representativo numérico e percentual quanto ao índice de quem as auxiliou na escolha desse método e o motivo de usar AOCs.

Auxílio na escolha do método	n	%
Médico	28	48,3
Conta própria	23	39,7
Farmacêutico	6	10,3
Enfermeiro	1	1,7
Motivo para uso de anticoncepcionais	n	%
Prevenir gravidez	71	88,8
Melhorar sintomas da tensão pré-menstrual	13	16,3
Síndrome de ovários policísticos	7	8,8
Menstruação irregular	1	1,3
Endometriose	1	1,3
Tempo de uso dos anticoncepcionais	n	%
Menos de um ano	13	22,4
1 a 3 anos	25	43,1
4 a 6 anos	12	20,7
Mais de 6 anos	8	13,8

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

Quanto à escolha do método, houve um alto índice de mulheres que escolheram “por conta própria”, ou seja, grande parte faz o uso sem orientação. Segundo Siqueira e Filho (2022), isso implica na má utilização do método, e sabe-se que a falta de conhecimento e acompanhamento terapêutico é um fator que compromete a segurança e eficácia do medicamento. Em contrapartida, no estudo realizado por De Souza *et al.*, (2022), foi avaliado o consumo de anticoncepcionais e fatores associados entre estudantes universitárias, e das 2.221 estudantes avaliadas, 298 (13,0%) indicaram utilizar algum medicamento contraceptivo. Destes, a maioria foi indicada por médicos (92,6%). O tempo de uso superior a seis meses foi o mais prevalente (77,9%).

Pesquisas realizadas na última década revelam que as mulheres jovens, menos escolarizadas, de classe econômica mais baixa, pretas e pardas e que vivem nas regiões Norte e Nordeste do país são as que apresentam menor prevalência no uso de contraceptivos (FARIAS *et al.*, 2016; GONÇALVES *et al.*, 2019; DA TRINDADE *et al.*, 2021). Ademais, em um estudo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) foi identificado que mulheres brancas utilizam a dupla proteção (camisinha e anticoncepcional oral), já as mulheres pretas e indígenas usam mais frequentemente métodos de barreira, como a camisinha, pois sua utilização é prática, não precisa de prescrição e também é fácil de se adquirir gratuitamente para além do próprio Sistema Único de Saúde (SUS) (DA TRINDADE *et al.*, 2021).

De acordo com Brandt, Oliveira e Burci (2018) o método contraceptivo individual deve ser feito com o acompanhamento de um profissional de saúde especializado para informar e prescrever a medicação. Pois, assim ele irá auxiliar na escolha de um método individualizado conforme as características da mulher, seu planejamento familiar e o serviço de saúde oferecido. Por isso, é de suma importância que profissionais de saúde habilitados, incluindo a classe Farmacêutica, realizem



o acompanhamento terapêutico. O Farmacêutico, como profissional de saúde que detém os conhecimentos que vão além da dispensação, deve orientar quanto aos efeitos adversos, interações medicamentosas, e também, alterações cardiovasculares e metabólicas, visando principalmente a segurança do paciente (MATSUOKA; GIOTTO, 2019).

Fica subentendido, também, que parte das mulheres não fazem acompanhamento com ginecologista. De acordo com Fernandes (2020), grande parte das mulheres não fazem consulta ginecológica por falta de conhecimento. Isso implica em complicações que vão além da prática sexual. Como foi abordado por Chaves (2021), as consultas de rotina abrangem patologias como: Infecções Sexualmente Transmissíveis, alterações menstruais, cânceres ginecológicos, dentre outros. Assim sendo, as consultas vão muito além da vida sexual, auxiliam a saúde da mulher de forma integral.

Além disso, outra vertente que se destaca é o tempo de utilização do método, no presente estudo evidenciou-se que a maioria das mulheres utilizam o AOC a cerca de 3 anos. Nessa perspectiva, Mandu e Caetano (2023) relatam em seu estudo que anticoncepcionais orais quando utilizados por longos períodos de tempo podem acarretar sérias complicações à saúde feminina. Dentre elas, trombose em mulheres que já possuem predisposição genética, câncer de mama e hipertensão arterial sistêmica, ressalta-se ainda que os riscos do uso do método podem se intensificar conforme o tipo de contraceptivo, dose de estrogênio e o tempo de uso.

Das 58 mulheres que fazem uso dos AOCs, 41,2% (n=42) afirmam sentir algum efeito colateral, e a Tabela 5 evidencia o enjoo como o efeito colateral mais relatado pelas mulheres 21,5% (n=33), seguido da dor de cabeça 19,6% (n=30) e da mudança de humor 29% (n=19).

Tabela 5 - Representativo numérico referente à ocorrência de efeitos colaterais, bem como, quais efeitos colaterais do uso de AOC apresentados pelas mulheres participantes do estudo.

Já sentiu efeito colateral relacionado ao uso de anticoncepcional?	n	%
Sim	42	41,2
Não	16	15,6
Não faço uso	44	43,2
Qual efeito colateral sentiu ao fazer uso do anticoncepcional?	n	%
Dor de cabeça	30	19,6
Enjoo	33	21,6
Mudança de humor	29	19
Diminuição de libido	27	17,6
Cansaço ou fadiga	21	13,7
Acne	8	5,2
Mudança de peso	5	3,3

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

Ratificando esses achados, no estudo de Souza *et al.*, (2022) foram relatados alguns sintomas logo após a primeira dosagem do anticoncepcional, como a cefaleia, mastalgia ou dor nas mamas, tontura, náusea e vômitos. Assim como qualquer outro medicamento, os anticoncepcionais hormonais podem causar inúmeros efeitos adversos, como: alterações imunológicas, metabólicas, nutricionais, psiquiátricas, vasculares, oculares, gastrintestinais, hepatobiliares, cutâneo-subcutâneas, renais/urinárias, auditivas; distúrbios do Sistema Nervoso Central e do Sistema Reprodutor (COUTO *et al.*, 2019).

No estudo realizado por De Sousa *et al.*, (2021), destaca-se que um dos efeitos adversos a longo prazo mais preocupante deste medicamento é o tromboembolismo. Essa preocupação está relacionada ao fato de que o componente principal do medicamento é o etinilestradiol, que tem



a capacidade de elevar os níveis de trombina no organismo. A trombina desempenha um papel crucial na coagulação sanguínea, o que pode predispor a formação de coágulos nas paredes dos vasos sanguíneos, potencialmente resultando em embolia pulmonar e, em última instância, risco de óbito. Além disso, De Oliveira (2021) acrescenta que a ocorrência de trombose arterial pode estar relacionada ao uso de contraceptivos hormonais orais, especialmente em mulheres que têm predisposição a doenças cardiovasculares, bem como naquelas que apresentam fatores de risco, como o hábito de fumar, obesidade, hipertensão e comorbidades como diabetes mellitus e hipercolesterolemia.

Os hormônios presentes nos AOCs também se ligam a receptores localizados em todas as camadas dos vasos sanguíneos, desencadeando uma ativação desregulada dos processos hemostáticos, resultando em hipercoagulação sanguínea. Esse fenômeno contribui significativamente para o aumento do risco de trombose (Romero; Vitorino, 2021). Além disso, um estudo conduzido por Cruz, Bottega e Paiva (2021) esmiúça a relação entre o uso de contraceptivos orais e o risco de trombose venosa profunda, especialmente devido à inibição de elementos que promovem a anticoagulação sanguínea. Portanto, é recomendável evitar o uso desses contraceptivos, sobretudo em mulheres com síndrome trombogênica.

Além do exposto, Cardoso *et al.*, (2019) relataram em seu artigo que o risco para o surgimento de distúrbios mentais em mulheres, como transtorno de ansiedade e depressão, pode estar relacionado aos hormônios sexuais femininos, com isso, estudos estão sendo realizados com intuito de investigar a relação do uso de anticoncepcionais hormonais com o aumento dessas desordens psicológicas nas mulheres, tendo como principal foco o público adolescente. Embora 41,2% das participantes do estudo tenham relatado experimentar efeitos adversos, é evidente que a falta de informação sobre métodos anticoncepcionais e seus potenciais efeitos colaterais persiste em grande parte da população. Essa lacuna de conhecimento pode influenciar diretamente na escolha do método contraceptivo mais apropriado, levando em consideração o comportamento sexual e as condições de saúde do usuário (DE ALMEIDA; DE ASSIS, 2017).

Na Tabela 6, buscou-se elucidar o nível de conhecimento das jovens sobre os riscos associados ao uso de anticoncepcional, de modo geral, observou-se que 76,1% (n=78) relatam conhecer os riscos. E quando questionadas se já fizeram uso concomitante de ACO e antibiótico, 60,3% (n= 35) relatam que já fizeram uso.

Tabela 6 – Dados relacionados ao uso de antibióticos por usuárias de anticoncepcional oral, apresentados pelas mulheres de Santa Cruz do Capibaribe-PE, no ano de 2023.

Conhece os riscos associados ao uso inadequado de anticoncepcional?	n	%
Sim, conheço	42	72,4
Não, desconheço os riscos	16	27,6
Já fez uso de antibiótico enquanto utilizava o anticoncepcional?	n	%
Sim	34	60,8
Não	23	39,2

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

O uso de contraceptivos orais é um método amplamente utilizado em todo o mundo para prevenir a gravidez. No entanto, uma questão preocupante em relação ao seu uso é a possibilidade de interações medicamentosas com outras drogas, especialmente antibióticos. O uso simultâneo de anticoncepcionais hormonais e antibióticos pode se tornar prejudicial, pois, o uso destes tende a reduzir a eficácia dos anticoncepcionais e aumentar o risco de interação, reduzindo o efeito terapêutico ou aumentando a toxicidade do medicamento, o que pode levar a graves problemas de saúde, principalmente a concepção (PATRICIO; BARBOSA, 2018).

Nesse sentido é válido ressaltar as classes de antibióticos que interagem com anticoncepcionais.



Pode-se salientar que não são todas as classes de antibióticos que inibem o efeito do anticoncepcional, é necessário ser indutor do citocromo P450. Os grandes vilões são antibióticos como Amoxicilina e Rifampicina que são indutores de enzima, que atuam através do sinergismo, evento que ocorre para potencializar ou diminuir o efeito do medicamento, influenciando na absorção intestinal. Porém, embora seja comprovada cientificamente a interação de Rifampicina, outros antibióticos podem apresentar baixa interação, não sendo capaz de diminuir de forma considerável a eficácia do método contraceptivo (AQUINO; RIOS; PASSOS, 2021).

No mesmo sentido, uma das principais causas de interações medicamentosas sem a devida orientação ocorre pela ausência de uma anamnese detalhada para verificar se a paciente faz uso de contraceptivos orais e outras medicações, porém muitas mulheres não se sentem confortáveis e preferem omitir a informação. Além dos antibióticos, outros medicamentos apresentam interação medicamentosa como por exemplo os antifúngicos e os anticonvulsivantes, pois alteram os níveis plasmáticos diminuindo assim a eficácia contraceptiva (BARBOSA *et al.*, 2021; DE SOUZA, 2015).

A pesquisa também objetivou avaliar se ocorre esquecimento na utilização do AOC, e apenas 13,8% (n= 14) revelaram que não fazem o uso corretamente e a maioria 42,2% (n= 43) ainda relataram que quando esquecem, se o atraso for de algumas horas, tomam a pílula atrasada, conforme Tabela 7.

Tabela 7- Distribuição numérica e percentual sobre o nível de conhecimento e forma utilização de anticoncepcionais orais, apresentados pelas mulheres de Santa Cruz do Capibaribe-PE, no ano de 2023.

Esquece de tomar a pílula anticoncepcional com frequência?	n	%
Sim	14	13,8
Não	44	43,1
Não faço uso	44	43,1
Quando esquece de tomar o que costuma fazer?	n	%
Se o atraso for de algumas horas, tomo a pílula atrasada.	43	42,2
Não tomo a pílula atrasada e me previno com camisinha.	7	6,9
Não tomo a pílula atrasada e não me previno com camisinha.	5	4,9
Se o atraso for de muitos dias não tomo a pílula e uso camisinha.	3	2,9
Não faço uso	44	43,1

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

De acordo com Ferreira e Paixão (2021), um inquérito online realizado em oito países, dentre as principais formas incorretas de utilização, apresentou a taxa de esquecimento (65%), ingestão no horário errado (67%) e descontinuação do uso do método de (81%), a maioria devido às reações adversas (57%).

A eficácia do contraceptivo hormonal se dá pela capacidade dele de inibir a ovulação e alterar características no endométrio e no muco cervical, evitando a gravidez. Essa capacidade é característica do estrogênio, esse hormônio age no hipotálamo causando a inibição da secreção de GnRH (hormônio liberador de gonadotrofinas) e de modo consequente do hormônio folículo estimulante e do hormônio luteinizante, sendo que esses são fundamentais para que ocorra a ovulação (DA SILVA; SÁ; TOLEDO, 2019). Desta forma, acredita-se que seu uso tem impacto direto no sistema endócrino do corpo humano.

A respeito da tomada de medicamento na hora correta, uma taxa considerável relatou que faz o uso no horário incorreto. Sabe-se que o medicamento apresenta uma eficácia de 99% quando tomado corretamente, ou seja, todos os dias no mesmo horário. A redução da eficácia pode ocorrer pelo atraso de algumas horas, principalmente no caso das minipílulas. Infelizmente, pode-se afirmar



que 13,8% correm o risco de uma gravidez indesejada caso utilizem apenas o anticoncepcional como proteção. Para tanto, o correto nessa situação, como consta em todas as bulas, seria a ingestão de uma nova pílula e o uso de preservativo por sete dias (BRANDT; RODRIGUES; BURCI, 2017).

Apesar dos benefícios envolvidos no uso dos AOCs, convém frisar que esses fármacos não garantem uma vida sexual segura para as mulheres (OLIVEIRA; TREVISAN, 2021). Nesse sentido, esses medicamentos não previnem as IST e, seu uso inadequado é associado à diminuição da eficácia contraceptiva e ao aumento do risco de gravidezes não planejadas. Isso pode resultar em falhas na adesão à dosagem prescrita, atrasos na ingestão, interações medicamentosas não consideradas ou falta de compreensão das instruções. Tais erros comprometem a capacidade do contraceptivo em inibir a ovulação e impactam a eficácia global do método. Portanto, a importância de orientação rigorosa e adesão precisa às diretrizes é crucial para evitar resultados indesejados (ALVES *et al.*, 2022).

Por fim, o último questionamento direcionado às entrevistadas foi se as mesmas já tinham utilizado a pílula do dia seguinte, e observou-se que em algum momento da vida elas já fizeram o uso do contraceptivo de emergência, e quando questionado com que frequência fazem uso deste método, 10,8% (n=11) revelaram que usaram de 3 a 5 vezes no período de 1 ano. Foi questionado ainda, sobre a ocorrência de efeitos colaterais decorrentes do uso de pílula do dia seguinte, e evidenciou-se que o enjoo 25,5% (n=26), a desregulação do ciclo menstrual 20,6% (n=21) e a dor de cabeça 12,7% (n=13) foram os principais efeitos colaterais apresentados, de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição numérica e percentual quanto ao uso de contraceptivo de emergência, frequência e efeitos colaterais decorrentes do uso apresentados pelas mulheres de Santa Cruz do Capibaribe-PE, no ano de 2023.

Já utilizou a pílula do dia seguinte?	n	%
Sim	78	76,5
Não	24	23,5
Quantas vezes no ano usou pílula do dia seguinte?	n	%
1 ou 2 vezes	59	57,8
3 a 5 vezes	11	10,8
Mais 5 vezes	8	7,9
Não fez uso	24	23,5
Já sentiu efeito colateral ao utilizar pílula do dia seguinte?	n	%
Se sim, quais?		
Não senti efeitos colaterais	33	32,4
Enjoo	26	25,5
Desregulação do ciclo menstrual	21	20,6
Dor de cabeça	13	12,7
Cólica	7	6,9
Acne	2	1,9

n= número; % = percentual

Fonte: Autoria Própria, 2023.

A contracepção de emergência, comumente chamada de “pílula do dia seguinte” ou “anticoncepção pós-coito”, é um método contraceptivo que tem como objetivo evitar a gravidez após uma relação sexual desprotegida, o que pode incluir casos de agressão sexual ou falhas em outros métodos contraceptivos (CAMERON; LI; GEMZELL-DANIELSSON, 2017). A pílula é composta de hormônios que estão presentes nos anticoncepcionais convencionais, mas em dose bem maior, e sua função é prevenir a liberação de óvulos e retardar a fertilização. Se a ovulação ocorreu, sua função é descascar o endométrio, o que causa sangramento e impede a implantação do embrião (COSTA; PUGLIESE;



SILVA, 2021).

Em estudo realizado na cidade de São Paulo com adolescentes entre 15 e 19 anos, Olsen *et al.*, (2018) observaram que a maioria das entrevistadas (60% das 310 que responderam ter vivenciado relações heterossexuais) fizeram uso de contraceptivos de emergência alguma vez na vida e, as justificativas principais para o uso seria a falta da camisinha no momento do ato sexual e a desconfiança no método contraceptivo que utilizavam. Segundo Paiva e Brandão (2017), o uso da pílula do dia seguinte é maior entre as mulheres mais jovens e que não tenham parceiros fixos. Percebe-se que a oferta de métodos contraceptivos pela rede pública de saúde ainda é menor que a demanda, e as pessoas vão diretamente às farmácias privadas para comprar o anticoncepcional, sem orientação médica, na maioria dos casos.

Ribeiro Abreu e Teixeira Nunes (2021), entrevistaram 232 estudantes dos cursos de medicina e farmácia em que 126 destes relataram comprar o CE em drogarias e afirmam não receber orientação sobre o seu uso. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) exige a venda de CE com a apresentação de uma prescrição médica, porém esse ato não é praticado abrindo portas para automedicação de CE de alta carga hormonal (ARRAIS *et al.*, 2016). Oliveira e Oliveira, (2016), ainda enfatiza que o consumo de CE pode causar falta de ar, distúrbios do ciclo menstrual, aumento da pressão arterial, e edemas e que seu uso contínuo pode reduzir a eficácia ocasionando em uma gravidez não planejada.

Conclusão

Neste estudo, observou-se uma ampla utilização de anticoncepcionais orais e de emergência, evidenciando a necessidade de educar e conscientizar as pessoas sobre as opções disponíveis para o controle da fertilidade. A análise também revelou lacunas na compreensão e no acesso a essas alternativas, juntamente com preocupações relacionadas à segurança e ao uso inadequado.

Diante desse cenário, surge a necessidade imprescindível de um esforço contínuo na promoção da educação sexual abrangente, assegurando um acesso facilitado e equitativo a métodos contraceptivos e anticoncepcionais de emergência. Essas ações não apenas promoverão a saúde reprodutiva, mas também contribuirão para a redução de gravidezes indesejadas e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, além do aprimoramento da qualidade de vida e o empoderamento das pessoas em suas escolhas reprodutivas.

Além disso, é crucial destacar a importância da pesquisa contínua e da sensibilização pública para desmistificar concepções equivocadas e fornecer informações precisas sobre o uso seguro e consciente desses métodos. Este estudo ressalta a necessidade de um compromisso contínuo com a saúde reprodutiva e o bem-estar geral da sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, J. S. **Métodos anticoncepcionais reversíveis: uma revisão**. 2018. 49 p. TCC (Graduação) - Curso de Farmácia, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2018. Disponível em: dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/6730/JEOVANA%20SOARES%20ALBUQUERQUE%20%20TCC%20BACHARELADO%20EM%20FARMÁCIA%20CES%202018.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 07 mar. 2023.

ALVES, I. A.; FERREIRA, V. C. A.; OLIVEIRA, K. G. Z.; ARAGÃO, M. A. M. O impacto do uso de métodos contraceptivos na adolescência: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e43711225949, 31 jan. 2022

ALVES, J. E. D. **O nascimento da pílula anticoncepcional e a revolução sexual e reprodutiva**. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2018/11/28/o-nascimento-da-pilula-anticoncepcional-e-a-r-evolucao-sexual-e-reprodutiva-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 06 mar. 2023.



AMÂNCIO, B. C.; DOS SANTOS, D. A.; SILVA, R. M. de A.; MAIA, C. S. uso dos anticoncepcionais orais combinados e seus riscos e benefícios para a saúde da mulher: uma revisão de literatura. **Editora Realize**, S.I, p. 1-2, nov. 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2021/TRABALHO_EV161_MD4_SAI05_ID1846_28092021121126.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

AQUINO, A. G.; RIOS, D. G.; PASSOS, M. P. S. INTERAÇÃO ENTRE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS COM ANTIBIÓTICOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 3212–3227, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i10.3034. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3034>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ARAÚJO, F. G.; ABREU, M. N. S.; FELISBINO-MENDES, M. S. Mix contraceptivo e fatores associados ao tipo de método usado pelas mulheres brasileiras: estudo transversal de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 8, 2023.

ARRAIS, P. S. D.; FERNANDES, M. E. P.; PIZZOL, T. da S. D.; RAMOS, L. R.; MENGUE, S. S.; LUIZA, V. L.; TAVARES, N. U. L.; FARIAS, M. R.; OLIVEIRA, M. A.; BERTOLDI, A. D. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. suppl 2, 2016.

BARBOSA, A. S.; CHAVES, C. T. de O. P. Consequências do uso contínuo de anticoncepcional: um alerta as mulheres. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e349101522949-e349101522949, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22949/20151>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BARBOSA, B. D. S.; DIANA, M. P. de O.; SLAIBI, V. M. A.; TOLEDO, Y. de O.; FRANCO, D. C. Z.; FRANCO, D. C. Z. Interações medicamentosas dos anticoncepcionais: um velho problema, um novo filho! Contraceptive drug interactions: an old problem, a new one! **Journal Archives of Health**, v. 2, n. 4, p. 1363–1366, 2021.

BRANDT, G. P.; OLIVEIRA, A. P. R. DE; BURCI, L. M. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. **Revista Gestão & Saúde**, v. 18, n. 1, p. 54–62, 2018.

BRANDT, G. P.; RODRIGUES, A. P.; BURCI, L. M. CONHECIMENTO DE USUÁRIAS DE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS ACERCA DE HÁBITOS E INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. **Visão Acadêmica**, [S.l.], v. 17, n. 4, mar. 2017. ISSN 1518-8361. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/50667/31866>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher – 4a edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.**

CAMERON, S.; LI, H.; GEMZELL-DANIELSSON, K. Current controversies with oral emergency contraception. **BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology**, v. 124, n. 13, p. 1948–1956, 17 dez. 2017.

CARCERERI, D. L.; DOS SANTOS, E. K. A.; TOGNOLI, H.; DE OLIVEIRA, M. C.; FREITAS, T. G. **Atenção integral à saúde da mulher: medicina**. 3. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. 19 p. Disponível em: <https://unasus.ufsc.br/atencobasica/files/2017/10/Atenção-Integral-à-Saúde-da-Mulher-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CARDOSO, L. C. dos S.; BENDL, A. L.; DOS SANTOS, L. T. V.; LIMA, B. L. de O.; EINLOFT, M.; SOUZA, A. A utilização de contraceptivos hormonais por adolescentes e potenciais riscos para a saúde. **Clinical & Biomedical Research**, v. 39, n. 1, p. 64–73, 2019.

CHAVES, P. M. **A importância dos exames ginecológicos de rotina no maior hospital militar da amé-**



rica latina. Orientador: Maj Márcia Freitas de Hollanda Cavalcanti. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos) - Escola de Saúde do Exército do Rio de Janeiro, [S. l.], 2021. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9654/1/Cap_Priscilla%20Moreira%20Chave_s.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

COSTA, W. R.; PUGLIESE, F. S.; SILVA, M. S. DA. PÍLULA DO DIA SEGUINTE: IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO USO DE CONTRACETIVO DE EMERGÊNCIA PARA AS ADOLESCENTES. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 8, p. 932–940, 8 set. 2021.

COUTO, P. L. S.; GOMES, A. M. T.; PEREIRA, A. B.; CARVALHO, J. S.; DA SILVA, J. K.; BOERY, R. N. S. de O. Uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas: correlação com marcadores de vulnerabilidade social. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 5, p. 507–513, out. 2019.

COUTO, P. L. S.; VILELA, A. B. A.; GOMES, A. M. T.; FERREIRA, L. C.; NEVES, M. L. P.; PEREIRA, S. da C.; SUTO, C. S. S.; DE SOUZA, C. L. Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres: uma revisão integrativa. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 4, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3196>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CRUZ, S. L. A. DA; BOTTEGA, D. DOS S.; PAIVA, M. J. M. DE. Anticoncepcional oral: efeitos colaterais e a sua relação com a trombose venosa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e283101421798, 1 nov. 2021.

DA SILVA, C. S.; SÁ, R.; TOLEDO, J. Métodos contraceptivos e prevalência de mulheres adultas e jovens com risco de trombose, no campus centro universitário do distrito federal-udf. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 8, n. 2, p. 190–197, 2019.

DA TRINDADE, R. E.; SIQUEIRA, B. B.; DE PAULA, T. F.; FELISBINO- MENDES, M. S. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. suppl 2, p. 3493–3504, 2021.

DE ALMEIDA, A. P. F.; DE ASSIS, M. M. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85–93, 2017.

DE ALMEIDA, F. B.; DE SOUSA, N. M. M.; DE BARROS, G. L.; DE ALMEIDA, F. B.; DE FARIAS, P. A. M.; CABRAL, S. A. A. de O. (2015). Avaliação do Uso de Anticoncepcionais de Emergência entre Estudantes Universitários. **Revista Brasileira De Educação E Saúde**, 5(3), 49–55.

DE OLIVEIRA, L. A. Os impactos sociais e de saúde do anticoncepcional hormonal oral na vida da mulher. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 1, pág. e21512139587-e21512139587, 2021.

DE SOUSA, A. K. A.; PINTO, K. K. de A.; APARECIDO, L. G.; DA SILVA, T. R.; JÚNIOR, W. L. A. Contexto histórico dos anticoncepcionais hormonais e seus efeitos colaterais no organismo feminino: uma revisão bibliográfica. 2021.

DE SOUZA, G. S.; ZANFRILLI, C. C. L.; MARTINS, C. V.; CLETO, P. E. H.; GUIDONI, C. M.; GIROTTO, E. Consumo de anticoncepcionais e fatores associados entre estudantes universitários. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 43, n. 1, p. 39–50, 13 jan. 2022.

DE SOUZA, L. K. **Interação medicamentosa entre anticoncepcionais orais hormonais combinados e antibióticos.** 2015.

DOS SANTOS, A. C. A. **'Adeus, hormônios': concepções sobre corpo e contracepção na perspectiva**



de mulheres jovens. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-15052018-092501/publico/AnandaCerqueiraAleluia-dosSantosORIGINAL.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DOS SANTOS, M. B.; CAIRES, C. S. Risco do uso de contraceptivos orais e de emergência. **Revista Científica UNILAGO**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/584>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FARIAS, M. R.; LEITE, S. N.; TAVARES, N. U. L.; OLIVEIRA, M. A.; ARRAIS, P. S. D.; BERTOLDI, A. D.; PIZZOL, T. da S.; LUIZA, V. L.; RAMOS, L. R.; MENGUE, S. S. Use of and access to oral and injectable contraceptives in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. suppl 2, 2016.

FERNANDES, L. F. C. **Ginecologista**: Importância da consulta de rotina. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://drluizflavio.com/ginecologista-importancia-da-consulta-derotina/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERREIRA, B. B. R.; DA PAIXÃO, J. A. A relação entre o uso da pílula anticoncepcional e o desenvolvimento da trombose venosa profunda no Brasil. **Revista Artigos. Com**, v. 29, p. e7766, 26 maio 2021.

GONÇALVES, T. R.; LEITE, H. M.; BAIRROS, F. S.; OLINTO, M. T. A.; BARCELLOS, N. T.; DA COSTA, J. S. D. Social inequalities in the use of contraceptives in adult women from Southern Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 28, 28 mar. 2019.

GUAZZELLI, C. A.; SAKAMOTO, L. C.; ANTICONCEPÇÃO, Especializada. MECANISMO DE AÇÃO. **Femina**, v. 48, n. 3, p. 186-92, 2018. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/05/1095698/femina-2019-483-186-192.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GUEDES, L.; SILVÉRIO, A. C. K.; DOS SANTOS, R. A.; MAIA, J. S. Influência dos anticoncepcionais orais hormonais na saúde da mulher. **Revista Brasileira Multidisciplinar-ReBraM**, v. 25, n. 1, p. 153-165, 2022. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/995>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MANDU, Y. M.; CAETANO, O. A. OS EFEITOS ADVERSOS A LONGO PRAZO CAUSADOS PELO USO DE ANTICONCEPCIONAIS EM MULHERES: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 763-776, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i5.9382. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9382>. Acesso em: 3 jan. 2024.

MATSUOKA, J. S.; GIOTTO, A. C. Contraceptivo de emergência, sua funcionalidade e a atenção farmacêutica na garantia de sua eficácia. **Revista de iniciação científica e extensão**, v. 2, n. 3, p. 154-162, 2019. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/250/191>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MENDONÇA, D. S. B. RODRIGUES, R. L. A. Interações Medicamentosas entre Antibióticos e Anticoncepcionais, presentes em Prescrições Médicas. **ID online Revista de Psicologia**, v. 11, n. 35, p. 67- 83, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/718/0>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLSEN, J. M.; LAGO, T. D. G.; KALCKMANN, S. Young women's contraceptive practices: a household survey in the city of Sao Paulo, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.

OLIVEIRA, M. I. C.; OLIVEIRA, V. B. Avaliação quantitativa da dispensação de contraceptivos de emergência na região de Curitiba-PR, ENTRE 2012 E 2014. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, v. 27, n. 4, p. 248-252, 6 jan. 2016.

OLIVEIRA, R. C.; SILVA, F. W. L.; DE MELO, A. T.; DE PINHO, L. L.; FILHO, J. D. da S.; MONTEIRO, D. L.



M.; LEITE, A. C. R. de M.; MOREIRA, M. C. C.; RODRIGUES, L. K. de N.; DOS SANTOS, W. F. C.; LINARD, W. M.; PEDROSA, A. K. de S. G.; NUNES, R. de M. Uso de anticoncepcionais hormonais (ach) por mulheres em uma farmácia comunitária no município de Jaguaruana-CE. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 4, p. 2065-2084, 2023.

OLIVEIRA, R. P. C.; TREVISAN, M. O anticoncepcional hormonal via oral e seus efeitos colaterais para as mulheres. **Revista Artigos. Com**, v. 28, p. e7507-e7507, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/7507>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PAIVA, S. P.; BRANDÃO, E. R. Silêncio e vergonha: contracepção de emergência em drogaria do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 617-636, ago. 2017.

PATRICIO, T. O. N. C.; BARBOSA, F. G. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: Interações medicamentosas entre antibióticos e anticoncepcionais. **Brazilian Journal of Surgery & Clinical Research**, v. 25, n. 2, 2018.

RIBEIRO, A. T. M.; TEIXEIRA, N. A. Conhecimento sobre método contraceptivo de emergência e seus efeitos indesejáveis pelas universitárias da área da saúde de uma instituição de ensino superior de Campos dos Goytacazes-RJ. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 16, n. 1, p. 7-11, 30 abr. 2021.

ROMERO, J.; VITORINO, K. DE A. **O uso de contraceptivos hormonais orais e os mecanismos associados ao risco de tromboembolismo venoso**. 2021.

SIQUEIRA, T.; FILHO, J. R. A. Planejamento familiar e métodos contraceptivos. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 3, n. 10, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2090>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SOUZA, R. C.; BORGES, G. F.; MOURÃO, D. M. Contracepção oral e fatores de risco em mulheres brasileiras: uma revisão integrativa. **Rev. Cient. da Saúde**. 2018 Jan; 3(1): 92-105. doi: 10.24118/rev1806.9495.3.1.2018.403.

UNITED NATIONS. Goal 5: achieve gender equality and empower all women and girls. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/unite?gclid=CjwKCA-jwvrOpBhBdEiwAR583BOcdxCbszjQ83DwvZe6tsQ5vgHcwKrW-Ht-y-ErVH52lluuRPjqYhoCzWw-QAvD_BwE. Acesso em: 16 out. 2023.

XAVIER, M. S.; CASTRO, H. N.; DE SOUZA, L. G. D.; DE OLIVEIRA, Y. S. L.; TAFURI, N. F.; AMÂNCIO, N. F. G. Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 225-240, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22665/18160>. Acesso em: 08 mar. 2023.